

# Os estudos sobre qualidade de vida elaborados por geógrafos no Brasil e no mundo

*The studies on quality of life elaborated by Geographers in Brazil and in the world*

**Bueno de Paiva Edir\***

*Recibido: marzo, 2008 / Aceptado: marzo, 2008*

## Resumen

Con este trabajo se pretende mostrar la evolución del concepto de calidad de vida a partir de estudios elaborados por geógrafos brasileños y extranjeros. Para ello, se realizó una exhaustiva revisión de la literatura geográfica tanto de Brasil como de otras publicaciones de América Latina, Europa y Estados Unidos. Después se realizó una selección temática y temporal, con el objeto de verificar como los geógrafos y la Geografía han tratado, desde el punto de vista teórico y espacial, el tema de la calidad de vida.

**Palabras clave:** ciencia geográfica; Geografía; calidad de vida.

## Abstract

Neste estudo buscou-se avaliar a evolução do conceito de qualidade de vida a partir de estudos elaborados por Geógrafos brasileiros e estrangeiros. Para que fosse alcançado este objetivo, efetuou-se um amplo levantamento da literatura geográfica em publicações oriundas na América Latina, Europa e Estados Unidos. Após a coleta dos artigos, foi realizada uma seleção temática e temporal que teve como objetivo, verificar como os Geógrafos e a Ciência Geográfica têm tratado, sob o ponto de vista teórico e espacial, a questão da qualidade de vida.

**Palavras chaves:** ciência geográfica; Geografia; qualidade de vida.

## 1. Introdução

A cultura de um povo, o seu modo de vida, o nível de suas aspirações, o conhecimento adquirido e transmitido através das gerações, a historicidade e seus processos sociais de produção são aspectos que indicam a extensão na qual o meio

ambiente está sendo utilizado, produzido e transformado pelos grupos humanos. Estas concepções de vida nos conduzem a uma possibilidade de interpretação da organização do espaço e da qualidade de vida presente neste ambiente.

Por isto, as diferenciações sócio-espaciais, relacionadas à qualidade de vida de

---

\* Universidade Federal de Goiás / Campus Catalão, Departamento de Geografia, Catalão (GO)-Brasil, e-mail: edirbueno@ibest.com.br

uma certa sociedade, aparecem na mídia com referências a continentes como: a África; às regiões como o sudeste brasileiro; a países, como Bangladesh; ou a parcelas de muitas das grandes cidades pelo mundo afora. Estes referenciais de espacialidade e de periodização mostram a dimensão espacial como relevante, constituindo assim, aspectos de interesse dos geógrafos. Esta relevância está associada ao fato de que os índices e indicadores sintéticos caracterizados, normalmente, por médias estatísticas, não permitem identificar as diversidades máximo-mínimas de amplos fatores socioeconômicos intrínsecos ao cotidiano da vida humana e, neste caso, incluem-se os complexos espaços urbanos. Neste sentido, o estudo desta condição humana, sob o ponto de vista geográfico, se faz necessário em função de que a caracterização da sociedade, através da sua condição sócio-espacial, no que aparentemente tem de melhor e de pior, tem se constituído em preocupações crescentes. Esta tarefa ganha contornos desafiadores à medida que se agigantam em número e proporção os espaços humanizados.

A velocidade das recentes transformações tecnológicas implica em sempre estar se avançando para novos paradoxos sociais, econômicos, espaciais e políticos que afetam a vida de toda uma sociedade. É neste emaranhado de categorias de análise que a Geografia, em função da diversidade de suas disciplinas, permite aos geógrafos uma visão mais ampliada das questões que envolvem a vida humana. Por isto, na seqüência são destacadas as contribuições que temos dado com nossos estudos para a questão da qualidade de vida.

## 2. A temática da qualidade de vida no contexto da ciência geográfica brasileira

Objetivando verificar como historicamente os geógrafos brasileiros tinham formulado o conceito e utilizado o termo qualidade de vida no âmbito da ciência geográfica, efetuou-se ampla pesquisa em diversos referenciais bibliográficos. No primeiro estudo contactado, que trazia alguma consideração desta temática, foi elaborado a partir da teoria da percepção ambiental desenvolvido por Oliveira (1983: 3) a qual considerou que *“... a qualidade do meio ambiente está intimamente ligada a qualidade de vida. Vida e meio ambiente são inseparáveis. Com isto não queremos afirmar que o meio ambiente determina as várias formas e atividades ou, ainda, que a vida determina o meio ambiente. ... as condições de qualidade ambiental são muito subjetivas e serão boas ou ruins de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como esta população se relaciona e percebe o meio ambiente e a vida”*.

Por outra vertente, Langenbuch (1983) abordou a importância que o transporte público e a locomoção por veículo individual tem na circulação das pessoas nas cidades e a influência que isto pode ter para a qualidade de vida das mesmas. O autor fez um paralelo entre as implicações sociais e a ação do poder público na melhoria destas duas formas de circulação intra-urbana. Para ele (1983: 2) *“... a redução dos níveis de ruídos; no embelezamento paisagístico das vias de*

*maior circulação intra-urbana; a adaptação da estrutura urbana para receber tanto veículos públicos, quanto particulares que poderiam ser implantadas para propiciar boa qualidade ambiental e contribuir para a qualidade de vida da comunidade como um todo”.*

Posteriormente, obteve-se estudo que continha comentários a respeito do trabalho desenvolvido por Sliwiany (1987; apud Paula, 1990). Este autor constatou que a autora consultada anteriormente comentou que o tema da qualidade de vida tinha começado a ser tratado nas décadas de 1970 e 1980, porque naquele momento, pesquisadores e administradores públicos estavam mudando a visão que eles tinham dos problemas relativos às desigualdades sócio-espaciais. Para Paula (1990: 7): *“Em termos gerais, o nível de vida de uma população pode ser associado a um determinado grau de acumulação de riquezas tanto material, quanto cultural e à participação dos indivíduos na distribuição e no patrimônio social produzido pelo trabalho do conjunto da sociedade”.*

Assim, como resultado desta reavaliação sobre as questões sócio-espaciais, o conceito de qualidade de vida passava por uma reformulação, que tinha como objetivo adequá-lo a uma realidade mundial que se alterava rapidamente. Naquele momento, tratar da condição humana tinha se tornado uma questão central na discussão a respeito da procura de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, qualidade de vida deveria ser entendida, também, como um novo caminho para a reso-

lução dos desajustes que se verificavam em diferentes escalas espaciais. Mas até ao final da década de 1980, podia-se, reconhecer a existência de limitações consideráveis sobre o conceito de qualidade de vida tanto para explicar, quanto para apontar possíveis soluções para o problema da pobreza. Isto se devia ao fato de que os aspectos materiais em um nível básico (alimento e abrigo), são condições imanentes ao ser humano em qualquer condição histórica. Foram elas que levaram os homens a se associar, social e politicamente, com o objetivo de suplantarem suas incapacidades individuais.

O rápido crescimento das cidades nos países em desenvolvimento e, especificamente, das brasileiras não tem sido acompanhado, no mesmo ritmo, pelo atendimento de infra-estrutura que trazem melhoria para a qualidade de vida de suas populações. As deficiências de redes de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, pavimentação de ruas, galerias de águas pluviais, áreas verdes e de lazer, núcleos de formação educacional, profissional e de atendimento médico-sanitário, são comuns nestas cidades. Por isto, para alguns autores para se estabelecer um certo padrão de qualidade de vida se fazia necessário relacionar os fatores físicos, químicos, biológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos e antrópicos. Neste sentido, Troppmair (1992a; 1992b) e posteriormente Mazetto (2000), realizaram importantes contribuições ao analisar as interconexões existentes entre os diversos aspectos intrínsecos a qualidade de vida e a sua espacialização geográfica. Com este objetivo, Troppmair

(1992a: 6) destacou o seguinte: *“O meio ambiente, conforme as prioridades dos seus elementos produz uma qualidade ambiental que pode ser maléfica ou benéfica para a nossa vida. Assim, entendo por sadia ou boa qualidade de vida, os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitam os desenvolvimentos harmoniosos, plenos e dignos da vida”*.

Portanto, os problemas ambientais não estão restritos aos efeitos das alterações provocadas pelo homem na natureza, que colocam em risco a sua própria sobrevivência como espécie. Eles também estão relacionados ao próprio espaço construído pelo homem, ou seja, este mundo artificial sobre a superfície terrestre, representado, especialmente, pelas cidades onde as questões de ordem social e não apenas as de ordem física atuam de forma decisiva na qualidade de vida de todos.

Um outro aspecto que envolve a questão da qualidade de vida e que tem sido discutido em amplos setores da sociedade mundial e, especificamente, da brasileira, é a relação existente entre a dinâmica da população, crescimento econômico e meio-ambiente. A desaceleração nas taxas de crescimento populacional verificada no Brasil desde os anos de 1970 colocou em cheque, muitas das teorias que imputavam a pobreza e a marginalidade aos baixos níveis de qualidade de vida. Porém, o crescimento econômico verificado neste período mostrou que não se pode ter melhoria nas condições de vida da população se ocorre, concomitantemente, a concentração da renda

gerada. Assim, sob o ponto de vista de teorias dominantes até aquele momento, a baixa qualidade de vida, em termos gerais, incluindo a degradação ambiental, era função do indesejável ritmo de acréscimos demográficos e que o estabelecimento de famílias menores se traduziria em condições de vida mais propícias e em um meio ambiente mais saudável e protegido (Hissa, 1994: 241). Ela disse o seguinte: *“... a discussão sobre eficácia, progresso e qualidade de vida deveria transcender o simples debate sobre política social, posto que a natureza dos problemas, freqüentemente ignorada pelas teorias convencionais e até mesmo por algumas das mais progressistas, é bem mais complexa do que se pode imaginar o pensamento neomalthusiano, simples e míope”*.

No entanto, na perspectiva urbana, o crescimento populacional verificado de forma intensa a partir da década de 1970, desgastou os laços sociais e os espaços públicos que são valores culturais que, consciente ou inconscientemente, influenciam na interação da população com seu entorno, nas suas ações e reações e, mesmo, na melhoria da qualidade de vida. Assim, a cidade tem se transfigurado ao longo das últimas décadas em espaços cada vez mais fechados, que refletem a perda da urbanidade e demonstram a espacialização e compartimentação da sociedade, que tem interiorizado muito das atividades sociais que antes se desenvolviam em locais públicos (Mello, 1995). Esta questão foi avaliada com o seguinte comentário: *“Dada a complexidade do que pode significar a recupe-*

*ração da qualidade de vida urbana, se iniciássemos o processo imediatamente, talvez pudéssemos trazer de volta a vida dos espaços públicos, isentos dos medos característicos das últimas décadas. As saídas, portanto, devem iniciar na família, ganhar o bairro, a comunidade e atingir toda cidade. A democratização do orçamento poderá, ao garantir a participação da comunidade, garantir a territorialização de suas aspirações”* (Mello, 1995: 197).

Assim, a questão da qualidade de vida urbana envolve muitos outros fatores, que em muitos casos são externos à área ocupada pela malha de uma cidade. Por exemplo, a questão da água para abastecimento tem sido motivo de muita preocupação, pois a contaminação e diminuição dos mananciais põem em risco o abastecimento deste produto que é fundamental para a vida humana e, principalmente, a urbana. Neste sentido, muitos estudos têm procurado identificar também as causas determinantes desta deficiência, e assim, formular estratégias e estabelecer prioridades na conservação, operação e gerenciamento destes recursos (Ross, 1995; Foresti e Ceccato, 1995). Esta questão de grande relevância para a vida e a sua qualidade nos centros urbanos, foi avaliada por Foresti e Ceccato (1995: 216) com a seguinte observação: *“Se não for neutralizado no devido tempo o problema de qualidade da água em áreas urbanas pode assumir feições incontroláveis e isto é particularmente sério se os índices de desenvolvimentos globais permanecerem baixos. Considerando-se que problemas como cresci-*

*mento populacional e migração não podem ser resolvidos através de políticas isoladas de recursos hídricos, negligenciando-se suas especificidades, tais problemas requerem decisões deliberadas a fim de serem englobados como um elemento de políticas e estratégias nacional e regional”*.

O que se pode observar é que nas áreas metropolitanas a qualidade de vida da maior parte de seus habitantes não atende aos níveis mínimos dos padrões internacionais estabelecidos (alimentação, renda, educação, saúde etc), (Machado, 1997). Neste contexto, muitas são as classes de indicadores e os critérios para se identificar a qualidade de vida. Para esta autora (1997: 17) é necessário o uso de dois tipos de abordagens para estudar a qualidade de vida e ambiental: *“... a quantitativa (padrões de qualidade) representada através dos indicadores do desenvolvimento mundial, como o PNB ‘per capita’, expectativa de vida ao nascer, analfabetismo entre adultos e também através de indicadores ambientais como poluição do ar e da água, por exemplo; e a qualitativa (indicadores perceptivos) baseada no estudo da cidade como fenômeno experienciado pelo morador, que percebe a qualidade do meio ambiente que o cerca”*.

Além destes fatores, a autora informa que os indicadores referentes à saúde são importantes para a análise da qualidade de vida e ambiental da população. Em muitos casos, uma péssima ou uma boa qualidade de vida está refletida na saúde e no acesso aos serviços de saúde por parte das pessoas. Isto, porque sem

uma saúde estável, nenhum ser humano pode lutar para melhorar a sua condição de vida.

Por sua vez, a dialética contida na relação desenvolvimento e qualidade de vida e a utilização dos avanços técnico-científicos, que levam a freqüentes saltos de modernização tem, freqüentemente, desestabilizado os sistemas ecológicos, principalmente nos espaços urbanizados (Santos e Ferreira, 2002). É esta situação de degradação acentuada das condições naturais que garantiram, historicamente, o desenvolvimento da humanidade. Porém, a baixa qualidade de vida aliada à pobreza material da grande parte da população, está no cerne dos questionamentos feitos perante os avanços técnico-científicos e os meios utilizados para este fim e seus respectivos benefícios. Neste sentido, para eles *“O crescimento demográfico fez aumentar o consumo de recursos naturais como também o número absoluto de pobres existentes no mundo. O avanço da medicina nos trouxe possibilidades de sobrevivência muito além do pensado e vivido a tempos atrás. A intensa e irracional busca por matéria-prima em países ditos em ‘desenvolvimento’ fez aumentar as desigualdades regionais, sobretudo a impossibilidade de países emergentes, donos de matérias-primas, ver-se capaz de utilizar para o próprio desenvolvimento, o potencial natural-humano que detém”* (Santos e Ferreira, 2002: 7).

Finalizando esta análise a respeito das diferentes vertentes sob as quais os geógrafos brasileiros têm abordado a questão em diferentes escalas e modalidades,

avaliou-se estudo sobre qualidade de vida em Minas Gerais pautado na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável para os anos de 1991 e 2000 e sua progressão neste período (Paiva, 2003). Nesta pesquisa os seguintes resultados foram destacados: *“... a qualidade de vida no Estado caracteriza-se por apresentar níveis médios, com uma pequena parcela dos municípios apresentando (sic) níveis elevados, o que, por si só, já constitui motivo de grande preocupação, agravada ainda mais pela heterogeneidade com que se apresenta no Estado. Neste caso, a marcante divisão estadual em dois blocos distintos, um englobando os níveis inferiores e o outro os superiores, agrava ainda mais a situação, por comprometer a equidade, com as oportunidades apresentando-se de modo desigual para os habitantes do Estado.”* (Paiva, 2003: 149).

Na seqüência passa-se a avaliar como os geógrafos de outros países têm estudado a questão da qualidade de vida e quais são as concepções que eles utilizaram para caracterizar este estado da condição humana.

### **3. A temática de qualidade de vida no contexto da ciência geográfica**

Logo no início da pesquisa da literatura efetuada em diversos periódicos, dois estudos desenvolvidos por Abaleron (1986/1987 e 1990) chamaram a atenção. O primeiro teve como finalidade comprovar o grau de associação existente entre determinadas condições objetivas (equi-

pamentos comunitários e infra-estrutura de serviços) e, as percepções subjetivas (satisfação, aspirações e expectativas), de um grupo social residente num território temporal e espacialmente delimitado. Neste estudo foi destacado que até meados dos anos 1970, medir qualidade de vida era só uma questão de indicadores duros os quais, provenientes em sua maioria de fontes secundárias, ofereciam dados que sugeriam uma certa universalidade dos fenômenos externos aos indivíduos e, portanto, outorgavam validade e confiabilidade a estas avaliações. No segundo, o autor passou a utilizar o termo qualidade de vida, de forma quantitativa (objetiva) e qualitativa (subjetiva). Afirmou ainda que, por muito tempo, nos países subdesenvolvidos, o seu uso teria se dado através de diagnóstico sobre as condições de habitação e de recursos, e que estes possuem pouca expressão, pois nestes, estas condições são na sua grande maioria, mínimas. Para Abaleron (1986/1987: 55) o termo faz referência a “... *el grado de excelencia que una sociedad ofrece en la provisión de bienes y servicios destinados a satisfacer toda la gama de las necesidades humanas para todos sus miembros, y el consegüente nivel de satisfacción individual y grupal según la percepción que se tenga de esa oferta, accesibilidad y uso*”.

Os estudos elaborados por este autor representam um marco nas pesquisas sobre qualidade de vida na América Latina, já que foram apresentadas novas variáveis de análises qualitativas que até então não tinham sido pesquisadas, mas que possuem fortes implicações sobre a vida das pessoas.

Inovadora também foi a proposta apontada por Bravo e Vera (1993a) que em seus estudos objetivaram dar operacionalização teórica e prática ao uso do conceito de qualidade de vida. Para elas (1993a: 47) o termo poderia ser definido como: “... *el grado de bienestar individual y en grupo determinado por la satisfacción de las necesidades de la población en salud, vivienda y servicios básicos, participación socioeconómica, seguridad personal, participación ciudadana y ambiente físico*”. Para as autoras são as ‘necessidades básicas operativas’ que se encontram dentro de uma concepção econômica, social e política que possibilitam a satisfação de coisas fundamentais relacionadas à saúde, habitação, participação sócio-econômica e política, seguridade pessoal e do meio-ambiente. Ainda, de acordo com Bravo e Vera (1993b: 276), “*conceptualizar calidad de vida ha ocasionado controversias entre los investigadores del tema, por los diferentes enfoques y por denominaciones asignadas*”. Para exemplificar, elas fizeram referências a estudos que relacionaram qualidade de vida ao bem-estar social (Smith, 1980); ou ainda de acordo com Drewnoski (1974; apud Diaz, 1980) que fez a associação com o estado de felicidade do homem e Maslow (1954; apud Smith, 1980), com a relação entre a satisfação das necessidades em seus níveis hierárquicos superiores e inferiores. Por sua vez, Max-Neef (1986) a relacionou com categorias existenciais tais como: o ser, ter, fazer e estar, ou ainda, de acordo com Mallmann (1978) que afirmou que a qualidade de vida tem a ver com os estados de saúde e satisfação de cada indivíduo.

Outro estudo que se teve contato foi o de Guillén e Boada (1996: 31) que trazia considerações sobre a trajetória do conceito e continha a seguinte observação a respeito do uso científico da expressão: *“Aunque no podemos precisar cuándo se introdujo el concepto en el mundo académico, se conocen referencias de que los primeros estudios sobre el tema se hicieron ya a finales del siglo pasado y comienzos del presente”*. Continuando a análise deste trabalho, foi constatado que sob o ponto de vista da existência humana, os autores informaram que o uso do termo era de certa forma antiga e se constituía em uma procura utópica do ser humano em melhorar a sua condição de vida, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo de ser, em uma corrida contra o tempo e as suas adversidades inerentes aos processos históricos de evolução da humanidade.

Um outro estudo, Geisse e Arenas (1996: 23) abordaram a relação existente entre espaço geográfico e qualidade de vida numa perspectiva da ciência geográfica. Elas afirmaram o seguinte: *“El resultado es que se asume como medio un soporte ecológico construido por el ser humano a partir de la naturaleza y la valoración que el ser humano puede hacer de ella. Como calidad de vida se asume la condición de respuesta del soporte o medio a las necesidades básicas del usuario acorde con su propia y subjetiva valoración”*.

Isto implica em dizer que para ter qualidade de vida, em qualquer espaço geográfico, há o imperativo de se relacionar este aspecto com as necessidades bá-

sicas de uma dada população que habita e nele constroem suas vidas cotidianas. Isto ocorre quando através da cobertura de serviços básicos (comunitários e individuais), é auferido ao espaço social em construção, um certo grau de qualidade que não ponha em risco a vida em suas diferentes propriedades.

As relações que se acham inseridas numa dada realidade social, política e espacial com o sistema político e suas ações, precisam ser retiradas das formas camufladas que se encontram em discursos e práticas demagógicas populistas. Para Rojas (1996: 46) *“La actual transición que vive Venezuela desde el rentismo al capitalismo petrolero, y el proceso de desconcentración del poder que se vive paralelamente, muestran la relación entre calidad de vida el profundización democrática”*.

Sob o ponto de vista de um estudo de cunho teórico-prático onde se considerou a ordenação territorial e sua organização espacial, pode ser percebido no trabalho de Santis *et al.* (1999) para os quais as dimensões não respondem às exigências nacionais e regionais. Isto ocorre porque os programas de desenvolvimento econômico formulados por estes níveis de ação não levavam em consideração a percepção que os moradores locais tinham com respeito as suas condições de vida. Segundo os autores *“Con todo, las valorizaciones medioambientales y socioeconómicas expresadas por los jefes de hogares encuestados traducen diversos grados de insatisfacción, aunque valoran aspectos tales como la calidad del aire, los recursos escénicos, la disponibilidad de servicios mínimos, la locomo-*

*ción pública y expresan ingresos per cápita que tienden a confirmar una cierta mejoría” (Santis et al. 1999: 66).*

Por isto, estas variáveis passaram a ser consideradas relevantes quando da elaboração de estudos, que possibilitem tomar medidas que dêem condições dignas de vida à população (Camargo, 1999). Isto apontou para uma nova forma de ver o conceito, pois para ela *“La calidad de vida es un nuevo enfoque que se orienta a la búsqueda de respuesta a la problemática de los cambios contemporáneos. Es una propuesta general de estilo societal, que alude a un crecimiento orgánico donde el bienestar tiene en cuenta todas las facetas del hombre, subrayándose especialmente las derivadas de su medio ambiente natural y social”* (Camargo, 1999: 254).

O tema qualidade de vida até aquele momento estava sendo tratado sob diversas formas, seja no ramo da ciência, no senso comum e em abordagens individuais ou coletivas Freitas e Ramires (2002: 627). Assim, qualidade de vida dizia respeito às conquistas que a própria sociedade almejava. Isto exigia políticas públicas e sociais que levassem ao desenvolvimento humano, às mudanças no modo de vida, nas condições de vida e no estilo de vida, servindo também ao setor saúde. Para eles: *“... medir a qualidade de vida requer-se um aprofundamento conceitual e metodológico. As noções de qualidade de vida têm avançado, entretanto, nos aspectos metodológicos há obstáculos que apresentam grandes desafios a ser superados.”*

O que se tinha conseguido de artigos sobre a temática na fase inicial da pesquisa bibliográfica mostrou que as contribuições dos geógrafos sobre os estudos da qualidade de vida, não constituíam um extenso material bibliográfico e teórico. Porém, abriu um caminho importante na avaliação histórica da evolução do conceito e das temáticas estudadas. Por isto, com o objetivo de se aprofundar a pesquisa, buscou-se ampliar este rol, verificando no *“Geo Abstract”* séries *“Human Geography”*, o que se poderia identificar, de forma assistemática, a respeito da questão e que tivesse sido elaborado por geógrafos no período de 1990 a 2001. O perfil da presença de citações de artigos, em cujos títulos possuíam a expressão *“quality of life”*, apresentou-se conforme o apontado na figura 1.

A pesquisa permitiu constatar que no intervalo de 12 anos tinha havido de forma continuada e crescente, a publicação de 284 estudos oriundos de diferentes áreas do conhecimento envolvendo a temática. Embora, a princípio, se pudesse julgar que nesta publicação ocorreria a presença marcante de estudos elaborados por geógrafos, quando da análise dos autores dos artigos, foi constatado o contrário. A partir da análise dos títulos de 284 artigos, foram selecionados 48 (em função da proximidade temática da Tese em elaboração), sendo que 33 foram conseguidos em sua forma impressa. Destes, descobriu-se que 15 (31,2%) tinham sido elaborados por geógrafos. Este número relativamente baixo de artigos publicados neste index, demonstrou o pouco espaço de reflexão teórico-metodológica e prática

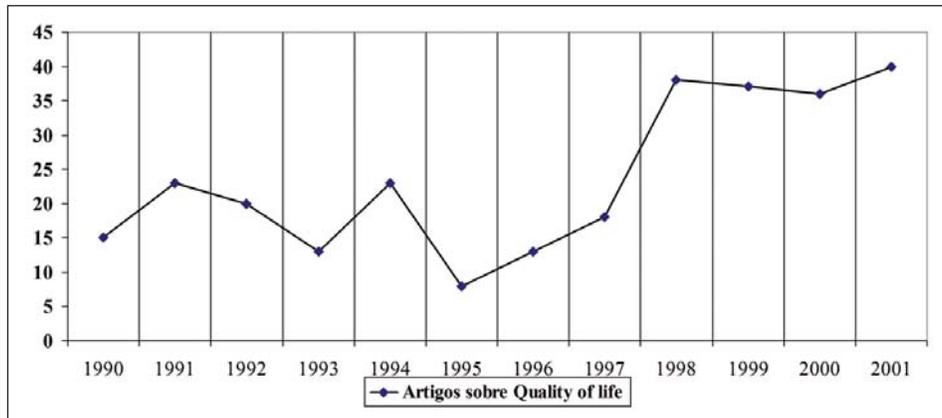


Figura 1. A presença de citações de artigos sobre qualidade de vida entre 1990 e 2001 no Geo Abstract. Fonte: Geo Abstract - Serie Human Geography – 1990-2001. Elsevier – USA. Org., por Edir de Paiva Bueno (2006)

por parte dos nossos colegas estrangeiros. Entre os artigos selecionados, encontrou-se, inicialmente Helburn (1982: 446), que efetuou este comentário: “*Significantly, quality of life has two meanings: one personal, the other external: one quite subjective, the other more objective. The two different meanings of quality of life interact: in the former meaning, my personality and abilities (however they were achieved) are used by me to achieve satisfactions within a milieu that is the second meaning of the term, and part of my satisfaction comes from my contribution to our shared or communal environment*”.

O autor avaliou que eram vários os aspectos geográficos de um lugar que podiam influenciar na qualidade de vida das pessoas. Porém, ele comentou que os aspectos não estéticos eram os mais importantes pois, o conhecimento da geografia por parte das pessoas de um lugar ajudava a enlargar os horizontes, tornando-as cosmopolitanas.

Por sua vez, os processos de remodelação urbana promovida pelo poder público podem levar à deteriorização do meio-ambiente e desencadeiam uma situação de insatisfação residencial. Neste sentido, Pérez (1989: 142) afirmou que “*Dentro de la disciplina geográfica, la noción de calidad de vida o bienestar deriva de la relación entre una persona y/o un grupo de personas y un bien [...] e incluye todas las cosas o bienes que contribuyen a la calidad de la existencia humana*”. Segundo o autor, a importância dos bens está em função das necessidades pois, ao se atribuir um valor a um bem, há o atendimento de uma satisfação que traz um bem-estar social. Por isto, a satisfação residencial como um predicado de qualidade de vida resulta de um conjunto de atributos difíceis de se medir mas, que se encontram ligados pelas características das moradias, do bairro, da cidade e pelas características socioeconômicas e demográficas dos indivíduos.

Com a finalidade de mapear a distribuição das variações de bem-estar da população a partir da estrutura socioeconômica regional foi elaborado estudo para 25 cidades polonesas (Dománski, 1990). Neste, o autor buscou aferir como as políticas públicas de desenvolvimento industrial com base local eram percebidas pelos seus moradores a partir dos efeitos positivos (oportunidades de empregos, salários, educação e lazer) e, negativos (riscos à saúde, destruição da natureza e êxodo rural). Por sua vez, nesta direção de análise foi elaborado estudo com dados da década de 1980 sobre a estrutura da produção de cidades finlandesas como indústrias, serviços, emprego, habitação, meio de vida e educação (Siirilä, S. *et al.*, 1990). O estudo, pautado, por um lado, na avaliação de variáveis concentradas em 4 índices como desemprego, pobreza, miséria e insegurança. Por outro, na conformação das municipalidades também em grupos segundo os seus tipos: grandes centros populacionais, centros industriais, municipalidades suburbanas, centros rurais, municipalidades industriais rurais, trabalhadores rurais volantes e municípios com produção de bens primários. Os autores concluíram que *“In a post-industrial society there is no longer the same correlation between the old types of regional features and the desired well-being factors. Well-being is substantially and spatially multidimensional phenomenon and therefore its regional variations must be described by means of several measures”* (Siirilä *et al.* 1990: 198).

O impacto da migração internacional nos últimos 40 anos do século XX também foi estudado em relação aos países mediterrâneos do sul da Europa e do norte da África (Garcia, 1996). Também, na antiga URSS, foi elaborado estudo onde foi avaliado como as implicações advindas da redistribuição regional do trabalho, a partir da migração inter-regional ocorrida em função das localizações dos postos de trabalho, dos recursos naturais e da capacidade industrial foram avaliados (Mitchneck, 1991). O estudo teve como eixo de análise as determinantes econômicas e geográficas como elementos essenciais na escolha do destino para os movimentos migratórios ocorridos entre 1968 e 1985. Por isto, foi dada ênfase particular aos efeitos relativos das variáveis econômicas que afetavam a qualidade de vida e as variáveis de gravidade como distância e tamanho de população.

Ele concluiu com o seguinte comentário: *“The spatial interaction models have helped to clarify the pull factors involved in the migration process produced by the economic and quality of life characteristics of the origins and destinations within the USSR, according to established neoclassical economic theory. The origin-specific models accounted for a large and significant proportion of the variation in destination choice from different origins. The gravity factors (effects of distance and population size) were quite significant and produced the expected results, indicating that the standard model can be used to analyze migration in the USSR. It also corresponds with results of the application of gravity*

*models to other countries. The geographical pattern of the distance coefficient, for example, especially for 1968-1969, coincides quite well with results of spatial interaction analysis for the United States”* (Mitchneck, 1991: 184).

Por outro lado, o uso do PNB e do Physical Quality of Life Index (PQLI) formulado por Morris (1979) foi utilizado para se saber como ficaria a distribuição geográfica mundial do bem-estar (Holloway e Pandit, 1992). Com este intento, o estudo envolveu-se das variáveis distribuição da renda (renda individual, dependência comercial e a desarticulação interna do processo produtivo) e, gastos governamentais (sociais e militares, dívida externa, estrutura da população e direitos políticos e civis), para analisar se teriam resultados diversos entre um método e outro. Os autores assim concluíram seus estudos: *“First, the concepts and measures of economic development and human welfare upon which we built our measure of the development welfare disparity continue to be contentious and ambiguous. [...] Second, there is a dynamic element to the relationship between economic development and human welfare that we do not directly consider. For example, the impact of increased national income may not be felt immediately in the measures of literacy and life expectancy (which are components of the PQLI) because these measures reflect the conditions of the adult population, which were determined in an earlier period when national income was lower”* (Holloway e Pandit, 1992: 68).

Da mesma forma que estudos têm sido formulados buscando comparar, internacionalmente, os níveis de bem-estar, o mesmo também pode ser feito sob o âmbito regional. Nesta direção, tendo como objeto de análise os dados dos censos dos anos de 1950-1980 para a população dos estados de Oregon e Washington (USA), foi elaborado estudo em que foram utilizadas seis variáveis (renda familiar média, porcentagem de casas sem água encanada, porcentagem de trabalhadores em atividades primárias, taxa de desemprego, anos médios de escolaridade das pessoas com mais de 25 anos e taxa de mortalidade infantil). Estes dados foram transformados em índices municipais que buscaram demonstrar as identidades geográficas das diferenciações inerentes ao ‘status’ socioeconômico da população em cada Estado (Bridges e Berentsen, 1993: 13). O estudo mostrou, essencialmente, que: *“Regional inequalities in the Northwest declined from 1950 to 1970, period but increased in the next decade. This was largely due to several factors. First, counties dominated by primary production often experienced decreasing levels of QOL. Second, surging employment in metropolitan areas, especially the Seattle and Portland, was both a cause and effect of higher QOL scores in the metro counties. [...] Growth of the national market and national transport/communication network also allowed major cities to export services outside the region. In comparison, many counties in the ‘periphery’ had slow employment growth and relatively slow improvement in QOL scores. Several*

*counties in Oregon which had net losses of manufacturing jobs during the study period experienced particularly slow improvement in QOL*".

Através das concepções teóricas formuladas por Chojnicki (1988), (sistema sócio-territorial), Kaufman (1959), (concepção de uma comunidade local) e Loboda (1987), (idéia da modernização e da inovação como produto da cultura material de uma comunidade particular), (apud Maik, 1993), Maik (1993) investigou como as populações de Czarnków e Nowe Skalmierzyce (cidades polonesas), representada por uma amostra de um segmento social (homens com idade entre 30 e 45 anos), percebiam as implicações que as inovações no local de trabalho influenciavam nas suas condições de vida. Para ele: *"Firstly, a statistically important connection was confirmed between innovation attitudes and such features as: length of stay in a given town (Czarnków) and a sense of stabilization (Nowe Skalmierzyce). Secondly, there is a clear interdependence of the innovativeness phenomenon with features defining the living conditions, of the respondents, such as: a socio-ecological factor (Czarnków), "per capita" income (Czarnków), and equipment with durables (Czarnków and Nowe Skalmierzyce). Thirdly, the situational context is an factor forming a system of innovation attitudes in the place of work. Fourthly, important differences occur between innovation activity in support of improvement concerning living conditions in the dwelling-place and innovation activity supporting improvement of work conditions"* (Maik, 1993: 398).

A questão da criminalidade tem sido motivo de investigação por parte de cientistas de inúmeras áreas do conhecimento e, entre elas, os geógrafos que têm desenvolvido interessantes estudos nesta área (Herbert, 1993). Com o objetivo de investigar como isto afeta a qualidade de vida, o autor criou o index de Incivilidade (sujeira urbana, cães, iluminação das ruas, 'gangs' de adolescentes, barulho e vandalismo), do crime (arrombamento, roubo de carro, assalto e outros crimes neste formato) e da satisfação. Ao ser tabulados os dados obtidos em questionário contendo perguntas sobre o cotidiano da vida urbana, o autor chegou as seguintes considerações: *"This study has focused on the value of the Index of incivilities as an indicator of quality of life within public sector residential estates. Evidence points to its value in this context and to its close relationship with other key indicators such as experience of crime, fear of crime and neighborhood satisfaction. In terms of policies designed to improve the quality of the urban environment this evidence suggests that they can have beneficial effect beyond their immediate intent. Research into the effects of improved street lighting, revealed what was termed a 'halo effect', 'whereby residents' perceptions of a range of neighborhood qualities improved when a single improvement or was completed"* (Herbert, 1993: 48).

Outro aspecto que tem sido muito discutido recentemente é as chamadas amenidades que um lugar oferece para o estabelecimento de padrões de qualidade de vida diferenciados (Gober *et al.*,

1993). Estas amenidades, normalmente, são paisagem que possuem potencial recreativo, lugares singulares que possuem significado histórico e com identidade rural. A valorização de ambientes com certas características de amenidades constitui um subproduto do aumento do fluxo de pessoas que buscam lazer, em função do aumento das horas de não-trabalho típica da sociedade pós-industrial. Esta influência foi analisada na cidade de Sedona's (Arizona, EUA), onde se pode verificar as características socioeconômicas e demográficas, bem como as avaliações pessoais sobre as amenidades do lugar. Neste sentido, os autores finalizam o estudo considerando que: *"The presence of amenity towns like Sedona in no metropolitan areas increases the contrasts from one place to another in very much the same way that such sharp contrasts arise and persist in metropolitan areas. The emergence of a highly specialized and complex regional economy in which some places provide jobs while neighboring communities provide housing and the intangible qualities of small town life drastically alters the economies, sociologies, and political geographies of contemporary no metropolitan America"* (Gober *et al.* 1993: 19).

Também, novas alternativas de cálculo têm sido oferecidas com o objetivo de melhor avaliar as diferentes facetas que a qualidade de vida pode apresentar espacialmente. Neste sentido, duas técnicas computacionais baseadas nos programas 'Statistica™ e Arc View™' tem sido utilizadas para gerar imagens de superfícies em 3-D que permitir visualizar os (des)

níveis de qualidade de vida em um determinado espaço geográfico (Massam, B. H. *et al.*, 2000). Este procedimento foi apresentado da seguinte forma: *"In summary, for the data analyses, and under the methods applied, Statistica™, or similar statistical software packages, appear to offer a number of advantages. These include (i) ease of use; (ii) the ability to plot and label three axes; and (iii) the ability to rotate surfaces to obtain the optimal perspectives for viewing individual cases. The greatest advantage of surface modeling packages like Arc View™ is that a variety of spatial analytical techniques can be applied to generate a complex 3-D surface. Contours can also be generated to plot movement over the surface that may not correspond to changes in QoL scores (along or within a contour interval)"*, (Massam *et al.* 2000: 11).

Entendemos que a aplicação de um destes programas de computador, como o apresentado, permite que os dados numéricos sejam visualizados na forma de mapas e, esta forma de exposição facilita em muito para aqueles que não tem tempo para analisar os dados gerais, seus cálculos e interpretações de cunho acadêmico. Neste caso, esta forma de apresentação facilita a comparação temporal e espacial dos diferentes níveis de qualidade de vida, além de facilitar o entendimento por parte dos administradores públicos e da população sobre a qualidade de vida em grandes ou pequenas cidades.

O crescente interesse sobre qualidade de vida entre os acadêmicos, os formuladores de política social e os governantes

demonstram a enorme importância de se monitorar o progresso social. Como consequência, existem muitos focos de análises sobre a qualidade de vida, como por exemplo: os determinantes das diferenças de gênero. Neste caso pode-se citar a percepção dos problemas locais como causadores de morbidade diferenciada entre homens e mulheres (Dunning *et al.*, 2001). Esta questão, foi avaliada na cidade de Saskatoon (Canadá), através de perguntas chaves como: qualidade de vida pessoal e na comunidade comportamento, saúde e felicidade, atividades e gastos governamentais e demográficos. A citação a seguir aponta uma das conclusões que os autores chegaram: *“More gender differences emerged in the multivariate stage of analysis, with fewer predictors significantly related to men’s overall quality of life than to women’s overall quality of life. Specifically, being divorced/widowed was a significant predictor of poor quality of life for both women and men, however, for women, other variables were also important predictors such as being middle age, being single, and having a poor opinion of the overall quality of their neighborhood.”* (Dunning *et al.* 2001: 6).

Em período recente, o maior interesse despertado por estudos sobre qualidade de vida tem demonstrado um paradoxo da abundância na sociedade moderna, segundo a qual a qualidade de vida tem crescido em proporcionalidade ao avanço tecnológico e a renda. Porém, muitas pessoas residentes nos países desenvolvidos têm percebido que qualidade de vida não se encontra relacionada apenas, ou neces-

sariamente, à riqueza material. Isto tem despertado o interesse para outros fatores, tais como; a inclusão social e a qualidade política e ambiental. Por sua vez, Maldonado (2002) elaborou um importante estudo sobre os indicadores de qualidade de vida das populações rurais da América Latina. O autor abordou a questão tendo como referência a problemática ambiental, a realidade agrária e a ocupação do espaço rural, bem como foram avaliados dados sobre aspectos demográficos e uma série de variáveis relacionadas a área da saúde e as condições de habitação e meio rural. Ao final, de acordo com as categorias de análise, os países latino-americanos foram agrupados em categorias sub-divididas em: a) importância econômica e condições sociais da população do campo; b) condições higiênicas e sanitárias; c) dinâmica populacional das áreas rurais e, d) condições ambientais e situação das terras.

Por isto, o interesse central nos estudos sobre qualidade de vida tem se voltado para as relações entre as pessoas e destas para com o cotidiano do ambiente urbano (Pacione, 2003). Esta aproximação foi apontada porque os geógrafos tem se preocupado com esta questão, a ponto de introduzir o conceito de ‘indicador social territorial’ para identificar e analisar as variações sócio-espaciais da qualidade de vida em diferentes escalas geográficas, sejam elas global, regional ou local. Utilizando-se desta premissa, ele elaborou estudo sobre a geografia da qualidade de vida em Glasgow (Escócia). Neste estudo, particular atenção foi dada as (des) vantagens no espectro da qualidade de vida, identificando a natureza, intensidade e

incidência das múltiplas privações existentes na cidade. Uma das conclusões a que ele chegou foi a seguinte: *“Clearly, in order to attain the goal of a live able city a wider range of social, economic and environmental needs must be satisfied. Not all of these fall within the regulative power of urban geographers, planners and designers. The city is not a closed system but is linked to regional, national and international systems that impinge on the quality of urban life. However, those components that can be manipulated positively must not be overlooked. In order to influence urban livability successfully geographers and others must first acknowledge the subjectivity of the objective environment”* (Pacione, 2003: 29).

Finalizando esta análise a respeito das diferentes vertentes sob as quais os geógrafos têm abordado a questão da qualidade de vida em diferentes escalas e modalidades, pode-se perceber que há uma gama variada de temas abordados. Isto tem ocorrido porque os fatores que influenciam/interferem na qualidade de vida de um indivíduo ou sociedade são encontrados de forma diferenciada no espaço, o que gera inúmeras facetas, que podem ser boas ou más.

Como se pode notar, a complexidade do ambiente urbano envolve uma gama de aspectos de tal ordem, que seria impossível a apenas uma ciência ou a um especialista identificar ou propor soluções aos diferentes problemas que ocorrem neste ambiente. Pode-se também, observar que não é fácil definir e trabalhar com a temática da qualidade de vida, nem

com os seus padrões e indicadores, pois neles estão inseridos fatores subjetivos, que levam em conta a percepção que o indivíduo tem em relação ao seu ambiente e ao seu próprio modo de vida. Além destes fatores, existem os fatores objetivos (econômicos, sociais, políticos), que se manifestam distintamente no espaço geográfico, possibilitando interpretá-los de várias maneiras.

Cabe ainda ressaltar a importância que os geógrafos tem para esta área de estudo. Isto ocorre porque nós podemos falar melhor a respeito dos lugares, bem como avaliar impactos ambientais e formular planos de ação de longo prazo para o uso da terra e proteção do ambiente natural. Analisando estes aspectos dos lugares nós não estamos projetando a vida das pessoas, mas influenciando o desígnio dos lugares, dentro dos quais as pessoas fazem suas vidas muito melhor. Neste sentido, se faz necessário intensificar a formação de geógrafos que tenham uma visão crítica das inter-relações existentes entre meio-ambiente e qualidade de vida.

#### 4. Conclusões

Os estudos sobre qualidade de vida feitos por geógrafos incluem-se no contexto de um interesse crescente pelo tema entre acadêmicos, governantes e sociedade em geral. Estes estudos podem também ser entendidos como forma de monitoramento do progresso social e dependem de um constante aprimoramento conceitual e metodológico, incluindo aqui os novos

recursos técnicos computacionais para análises estatísticas e representações gráficas.

O tema tem sido e deve ser estudado por diversos especialistas. Uma das contribuições dos geógrafos reside no fato de terem possibilitado uma leitura da evolução histórica do conceito e das temáticas estudadas, mostrando uma correlação entre as transformações reais em dado período da história e as discussões acerca dos modelos de desenvolvimento social, do crescimento econômico, dos avanços técnico-científicos e dos problemas ambientais.

No conjunto dos estudos levantados, observa-se o grande número de variáveis significativas que podem ser priorizadas, segundo os pressupostos e objetivos destes mesmos estudos. Boa parte dos estudos selecionados apontam para duas classes distintas de variáveis de análise: a que engloba as condições objetivas da vida individual e social, dadas pelo alcance da provisão de bens e serviços para o atendimento das diferentes necessidades humanas; e a que trataria dos aspectos de natureza subjetiva, relativos às percepções das populações, para uma avaliação qualitativa.

Dessa forma, os estudos se distinguem por uma abordagem da qualidade de vida relacionada às condições de vida as mais variadas: tais como, as que ultrapassem as condições mínimas para uma vida digna (ou as que transcendem as discussões sobre as políticas sociais em vista dos ajustes necessários para os quadros da desigualdade social); as que se associam aos processos de democra-

tização ou de participação consciente na vida pública; as que trabalham com as categorias existenciais (ter, ser, realizar etc.) que influem no estado de felicidade ou bem estar social; as que incluem o uso dos espaços públicos e o usufruto de diferentes amenidades (paisagísticas, simbólicas etc.) e outras.

## 5. Nota

Este artigo constitui parte do capítulo I da Tese de Doutorado sob o título: *Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial da cidade de catalão (GO): uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000*, defendida em junho de 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP-Campus de Rio Claro (SP)-Brasil.

## 6. Referências citadas

- ABALERON, C. A. 1986 / 1987. *Condicionantes objetivos y percepción subjetiva de calidad de vida en areas centrales y barrios o vecindarios. Revista Geografia*. São Paulo. 6/6: 103-142.
- ABALERON, C. A. 1990. *Uma aproximación objetiva y subjetiva a la calidad de vida de la población de algunos barrios – con características de mayor o menor marginalidad – de San Carlos de Bariloche, Argentina*. Conicet, Fundación Bariloche. Argentina. 41 p.
- BRAVO, M. T. D. y S. F. VERA. 1993a. *Consideraciones metodológicas: una operacionalización del concepto de calidad de vida. Revista Geográfica Venezolana*. 34(1): 43-53.

- BRAVO, M. T. D. y S. F. VERA. 1993b. *El concepto de calidad de vida: una revisión de su alcance y contenido*. **Revista Geográfica Venezolana**. 34(2): 275-295.
- BRIDGES, J. L. and W. H. BERENTSEN. 1993. *Regional development and socio-economic well-being in Oregon and Washington, 1950-1980*. **Papers**. 64: 1-17.
- BUENO, E. P. 2006. *Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial da cidade de Catalão – GO: uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000*. UNESP - Campus de Rio Claro. Curso de Pós-graduação em Geografia. Rio Claro (SP)-Brasil. Tese de Doutorado em Geografia. 394 p.
- CAMARGO M., M. G. 1999. *Calidad de vida y capacidades humanas*. **Revista Geográfica Venezolana**. 40(2): 247-258.
- DIAZ, K. 1985. *Estudios geográficos sobre la calidad de vida en Venezuela*. Caracas-Venezuela. (Mimeo).
- DOMANSKI, B. 1990. *Public attitudes to local industrial development and the quality of life in Poland*. **Geoforum**, 21(2): 221-227.
- DUNNING, J. H.; KIM, C. S. and J. D. LIN. 2001. *A gender analysis of quality of life in Saskatoon, Saskatchewan*. **IGU/IGI. Gender and Geography Commission Workshop**. Toronto, 27 p.
- FORESTI, C e V. A. CECCATO. 1995. Aspectos da gestão urbana e qualidade de vida analisada com utilização de sensoriamento remoto. Tauk-Tornielo, S. M. (Org.). **Análise ambiental: estratégias e ações**. Fund. Salim Farah Maluf. Centro de Estudos Ambientais. UNESP. Rio Claro (SP)-Brasil.
- FREITAS, O. A. e J. C. L. RAMIRES. Qualidade de vida em um bairro periférico de Uberlândia. *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. 627-641. João Pessoa (PA)-Brasil.
- GARCIA, A. A. 1996. Diferencias de bienestar y política demográfica en el Mediterráneo. **Estudios Geográficos**. Tomo LVII, N° 224.
- GEISSE, M. G. y H. S. ARENAS. 1996. *Reflexiones en torno a los conceptos de 'medio' y 'calidad de vida' desde la perspectiva de ciencia geográfica*. **Revista de Geografía Norte Grande**, 23: 47-53.
- GOBER, P.; McHUGH, K. E. and D. LECLERC. 1993. *Job-rich but housing-poor: the dilemma of a western amenity town*. **Professional Geographer**, 45(1): 12-20.
- GUILLÉN, I. y C. BOADA. 1996. *De la pobreza a la calidad de vida*. **Revista Geográfica Venezolana**. 37(1): 27-44.
- HELBURN, N. 1982. *Geography and the quality of life*. **The Annals of Associations of American Geographers**. 72(4): 445-456.
- HERBERT, D. T. 1993. *Neighborhood incivilities and the study of crime in place*. **Área**. 25(1): 45-54.
- HISSA, C. E. V. 1994. Dinâmica demográfica e qualidade de vida no Brasil: tendências e perspectivas. *Anais 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*. 233-242. Curitiba (PR)-Brasil (17 a 22 de julho).
- HOLLOWAY, S. R. and K. PANDIT. 1992. *The disparity between the level of economic development and human welfare*. **Professional Geographer**, 44(1): 57-71.
- LANGENBUCH, J. R. 1983. *O transporte coletivo urbano e a qualidade de vida nas cidades. A ação do homem e a qualidade ambiental*. Câmara Municipal de Rio Claro. (Mimeo). 14 p. Rio Claro (SP)-Brasil.
- MACHADO, L. M. C. P. 1997. Qualidade ambiental: indicadores quantitativos e perceptivos. **Indicadores Ambientais**. MATOS, H. L. e MAIA, N. B. (Coord.). Sorocaba (SP)-Brasil. (s/n).

- MAIK, W. 1993. *Attitudes towards the social environment of small town*. **Geographia Polonica**, 61: 393-403.
- MALDONADO, A. P. 2002. *La calidad de vida en los asentamientos rurales de Iberoamérica*. **Revista Geográfica Venezolana**, 43(1): 11-38.
- MALLMANN, C. A. 1978. **Appropriate - synergy-oriented - technology for industrialized nations: a view from the developing countries**. Fundación Bariloche. Centro de estudios del Desarrollo Humano y Social.
- MASLOW, A. H. 1954. **Motivación y personalidad**. Harper & Brother. Barcelona-Es-paña.
- MASSAM, B.; PRENZEL, B.; THOMAS, V. and P. TREITZ. 2000. *Quality of life surfaces: an application of two techniques*. **Journal of Geographic Information and Decision Analysis**, 4(2): 12-26.
- MAX-NEEF, M. 1986. *Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro*. In: **Development Dialogue** (número especial). Santiago de Chile-Chile.
- MAZETTO, F. A. P. 2000. *Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos*. **Sociedade e Natureza**, 12(24): 21-31.
- MELLO, N. A. 1995. *Gestão urbana e qualidade de vida*. **Análise ambiental: estratégias e ações**. 193-216. Centro de Estudos Ambientais – UNESP. Rio Claro (SP)-Brasil.
- MITCHNECK, B. A. 1991. *Geographical and economic determinants of interregional migration in the USSR, 1968-1985*. **Soviet Geography**, 168-189.
- MORRIS, M. D. 1979. **Measuring the condition of the world's poor: the physical quality of life index**. Overseas Development Council. Washington, DC-USA.
- OLIVEIRA, L. A. 1983. *Percepção da qualidade ambiental*. **Ação do homem e a qualidade ambiental**. AGEO e Câmara Municipal. Rio Claro (SP)-Brasil. 8 p. (Mímio).
- PAIVA, J. E. M. 2003. *Mapeando a qualidade de vida em Minas Gerais utilizando dados de 1991 e 2000*. Curso de Pós-graduação em Geografia. Rio Claro (SP)-Brasil. Tese de Doutorado em Geografia. 159 p.
- PAULA, J. C. M. 1990. *Políticas públicas, distribuição espacial de população e condições de vida*. IGCE. Rio Claro (SP) - Brasil. Texto de Qualificação (Mestrado em Geografia). 37 p.
- PACIONE, M. 2003. *Urban environmental quality and human wellbeing: a social geographical perspective*. **Landscape and Urban Planning**, 65: 19-30.
- PEREZ, F. R. 1989. *El plan de remodelación de barrios de Madrid. Conceptualización, metodología y fuentes documentales para su estudio*. **Estudios Geográficos**, Tomo L, N° 194: 137-150.
- ROJAS, A. 1996. *Redistribución del poder y del ingreso petrolero en la Venezuela de los años noventa, como contexto de su calidad de vida*. **Revista Geográfica Venezolana**, 37(1): 45-75.
- ROSS, J. L. S. 1995. *A evolução técnico-industrial e a qualidade de vida*. **Geografia do Brasil. (A sociedade industrial e o ambiente)**. 209-231. Ed. USP. São Paulo-Brasil.
- SANTOS, M. A. e FERREIRA, Y. N. 2002. *Desenvolvimento, riscos ambientais e qualidade de vida*. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa (PA)-Brasil.
- SANTIS, H. A.; GANGAS, M. G y ERRÁZURIZ, A. M. K. 1999. *El medio ambiente y la calidad de vida en la comuna de San José de Maipo*. **Revista de Geografía Norte Grande**, 26: 57-68.

Bueno de Paiva E.

- SIIRILÄ, S.; HAUTAMÄKI, L.; J. KUITUNEN, J.; T. KESKI-PETÄJÄ. 1990. *Regional well-being variations in Finland*. **Fennia**, 168: 179-200.
- SMITH, S. 1980. *Social geography: social policy and the restructuring of welfare*. **Progress in human Geography**. 133. 1980.
- SLIWANY, R. M. 1987. *Estatística social: como medir a qualidade de vida*. Araucária Cultural. Curitiba (PR)-Brasil.
- TROPPMAIR, H. 1992a. **Nós e o meio ambiente: qualidade de vida**. Jornal Diário de Rio Claro. Página 2, domingo, 11 de janeiro.
- TROPPMAIR, H. 1992b. **Atlas da qualidade ambiental e de vida de Rio Claro (SP)**. UNESP. IGCE. 55 p.